

* Artigo Original

O tratamento ao usuário de crack nas páginas policiais dos jornais brasileiros

Treatment given to crack addicts in Brazilian newspapers

Eva Patricia Lopes

Jornalista, especialista em Bioética pela Universidade de Brasília e mestre em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília.

patriciaalvares77@gmail.com

DOI: 10.3395/reciis.v7i3.585pt

Resumo

Este artigo pretende fazer uma análise do enquadramento das notícias publicadas nos jornais impressos brasileiros sobre a Ação Integrada Centro Legal, lançada em julho de 2009 pela Prefeitura de São Paulo, pelo governo estadual e outros órgãos com o objetivo de restaurar a região socialmente degradada, por meio de ações da Polícia Militar e de profissionais de saúde e de assistência social. Para o estudo, foram testadas duas categorias: saúde pública e segurança pública. A pesquisa sobre o enquadramento jornalístico vem se consolidando na literatura especializada e, aliada à teoria da agenda, determina que a mídia não apenas agenda nossas preocupações, mas também influi sobre como pensamos acerca dos diversos temas, configurando-se, portanto, em um instrumento de poder político e de persuasão. Embora o enquadramento saúde tenha aumentado em 2012, ele sempre esteve abaixo do enquadramento segurança, que, em 2012, chegou a mais de 50% das notícias. As intervenções da Ação Integrada Centro Legal foram, em sua maioria, marcadas pela desarticulação entre esferas do governo, mas os jornais focaram no embate político, desconsiderando a necessidade de ações conjuntas a fim de solucionar um problema que é social e de saúde pública.

Palavras-chave: Enquadramento; Mídia impressa; Drogas; Saúde pública; Segurança pública.

Abstract

This paper aims to analyze the news published in the Brazilian printed newspapers about the Ação Integrada Centro Legal [Integrated Action for a Legal Downtown], which was launched in July 2009 by the Municipality of São Paulo, the state government and other agencies with the objective of restoring the socially degraded downtown region with the cooperation of military police, healthcare professionals and social assistance professionals. Two categories were tested in this study: public health and public safety. The study of journalistic focus, combined with the theory of agenda setting, indicates that the press not only lists our concerns but also influences how we think about various topics, acting as an instrument of political power and persuasion. Although the number of news reports focusing on health increased in 2012, it has always been lower than the number of news reports on security, which reached more than 50 % of the total in 2012. The interventions of the Ação Integrada Centro Legal were mostly

marked by a disconnection between government agencies, but the newspapers focused solely on the political conflict, disregarding the need for joint action to solve a problem that is both a public health issue and a social issue.

Keywords: Focus, Printed Press, Illicit Drugs, Public Health, Public Safety.

Introdução

A análise do enquadramento das notícias publicadas nos jornais impressos brasileiros sobre a Ação Integrada Centro Legal vem ao encontro do crescente destaque que o crack e, conseqüentemente, as notícias sobre essa droga vêm recebendo em relação às outras drogas lícitas e ilícitas. Para Albuquerque (2010), Bizzotto (2010) e Medeiros (2010), os meios de comunicação de massa reforçam a ideia de que o crack seria um dos grandes problemas da sociedade atual, com matérias com forte sobrecarga moral e associadas à violência. A mídia, dessa forma, acabaria por desviar o debate sobre as várias dimensões implicadas, desconsiderando sua responsabilidade na disseminação de informações precisas, corretas e atuais, sem alarmismos.

É por intermédio dos meios de comunicação de massa – televisão, rádio, jornal e revistas impressos e internet – que grande parte da população tem acesso às informações e, conseqüentemente, ao conhecimento acerca do mundo. Segundo Hall *et al.* (1999), através dos meios de comunicação de massa é feito o contato com o desconhecido, com aquilo a que a maioria das pessoas nunca teve, ou nunca terá acesso. Assim, a mídia apresenta “a primeira e, muitas vezes, a única fonte de informação acerca de muitos acontecimentos e questões importantes” (HALL *et al.*, 1999, p.228).

Quanto menor a experiência direta que o público tem com um tema, mais ele dependerá dos meios de comunicação de massa para possuir as informações e os quadros interpretativos referentes a esse tema (WOLF, 1992). Hartman *et al.* (1999) chamam atenção para o fato que, para grande parte da população, a mídia é o elo entre seus problemas e as percepções acerca desses e que é essa percepção coletiva da população em geral que muitas vezes impulsiona as ações do governo, e não necessariamente o problema em si.

Teóricos da comunicação empenham-se em estudar a capacidade que os meios de comunicação de massa têm de influenciar as agendas política, social e cultural. A agenda da mídia seria a agenda do público, ou seja, o que é debatido na mídia vai para as ruas; em contrapartida, o que é silenciado pela mídia raramente vai para o debate público (MCCOMBS, 2009). Não só a presença ou ausência de temas na mídia, porém, exerce influência no leitor. A forma como o tema é tratado, ou seja, o enquadramento dado à notícia é fundamental para a construção intelectual e de valores acerca do assunto. O enquadramento exerce a função de emoldurar, cortar e focalizar debates (MOUILLAUD, 2002).

Estudos citados por Menegon (2008) corroboram a importância da mídia como fonte de pesquisa e destacam seu poder de interferir nos “processos de produção de sentidos sobre saúde e doença, seja veiculando elementos de vanguarda, seja reafirmando modelos e práticas tradicionais e discriminatórias” (MENEGON, 2008, p.32). Esta possível influência da mídia sobre a formação de opinião pública, ou mesmo no sentido de mudar comportamentos, tem sido objeto de vários estudos na área da teoria da comunicação.

Baseando-se nesses estudos, este artigo pretende fazer uma análise do enquadramento das notícias publicadas nos jornais impressos brasileiros sobre a Ação Integrada Centro Legal, se pela saúde pública ou pela segurança pública, nos períodos de julho de 2009, janeiro e

fevereiro de 2010 e janeiro de 2012. A análise do enquadramento e a verificação do critério de agendamento das notícias publicadas sobre a Ação Integrada Centro Legal foram feitas com a utilização de metodologia mista, por meio da estratégia explanatória sequencial (CRESWELL, 2010). Já a análise de conteúdo realizada reúne elementos quantitativos e qualitativos e permite a verificação de critérios utilizados para publicação, frequência de fontes, narrativas etc. (HERSCOVITZ, 2008).

Embora o enquadramento saúde tenha aumentado em 2012, ele sempre esteve abaixo do enquadramento segurança, que, em 2012, chegou a mais de 50% das notícias. As intervenções da Ação Integrada Centro Legal foram, em sua maioria, marcadas pela desarticulação entre esferas do governo, mas os jornais focaram no embate político, desconsiderando a necessidade de ações conjuntas a fim de solucionar um problema que é social e de saúde pública.

Fundamentação Teórica

A teoria da agenda e enquadramento

A teoria da agenda sustenta que os temas que são debatidos entre a população são definidos pelos meios de comunicação de massa e, conseqüentemente, a ênfase atribuída a cada tema é ditada, também, pela mídia. A definição de uma pauta envolve apresentação e representação dos acontecimentos, de acordo com uma determinada versão, e, ao mesmo tempo, silêncio em relação a outros fatos (PORTO, 2009). Isso se refere não apenas ao que a mídia publica, mas ao que ela deixa de publicar ou o faz de forma periférica ou marginalizada.

Segundo Rothberg et al. (2010), a presença de determinados temas nos jornais contribuem para o surgimento e fortalecimento de tendências políticas, econômicas e sociais. Segundo esses autores, a "agenda é formada pelo conjunto de enquadramentos apresentados nas matérias, em certo período de tempo, que relacionam informações com a mesma temática" (ROTHBERG et al., 2010, p.467). O agendamento refere-se a "sobre o que" o público pensa; já o enquadramento faz referência a "como" o público pensa (ROTHBERG et al., 2010).

Não só a presença ou ausência de temas na mídia exercem alguma influência sobre o leitor, mas também a forma como o tema é tratado, ou seja, o enquadramento dado à notícia é fundamental para a construção intelectual e de valores acerca do assunto. O enquadramento exerce a função de emoldurar, cortar e focalizar debates pretendidos (ENTMAN, 1993). O que está realmente em discussão são as ênfases e interpretações que estão por trás das notícias; associar o enquadramento somente à presença ou ausência de assuntos é desprezar sua ação e suas conseqüências (ANTUNES, 2009).

O estudo sobre o enquadramento jornalístico vem se consolidando na literatura especializada e, aliado à teoria da agenda, determinam que a mídia não apenas agenda nossas preocupações, mas também influi sobre como pensamos acerca dos diversos temas (MOTTA, 2002). Em outras palavras, os enquadramentos são esquemas de interpretação construídos socialmente que permitem que as pessoas se posicionem em relação a eventos e situações. Configura-se, portanto, em um instrumento de poder político e de persuasão nas mãos de grupos econômicos (proprietários dos meios de comunicação), intelectuais (jornalistas, articulistas etc.) e de governos.

Uma das formas pelas quais os enquadramentos são identificados está na escolha das fontes. Segundo Neveu (2006), é dada à fonte, também, o poder de "definir" a situação, de "enquadrá-la". É por meio das fontes que o jornalista apresenta ideias que considera relevantes, sem se posicionar explicitamente sobre elas, uma vez que, de acordo com Antunes (2009), "todo elemento significativo na estruturação do discurso do jornal impresso e que atue

como nucleador pode ser tomado como um índice para construção de um dispositivo de enquadramento” (ANTUNES, 2009, p.94). Outra forma de verificar e comprovar enquadramentos está na análise dos títulos das matérias: percebe-se que grande parte apela para emoções e metáforas.

Em notícias sobre crack é fácil identificar não só o enquadramento de interesse humano, representado em histórias de personagens, em um ângulo emocional, para a apresentação da questão do uso da droga, bem como o quadro de responsabilidade, onde o problema é apresentado de forma a atribuir a responsabilidade ao governo ou ao indivíduo (VREESE, 2005). O discurso emocional, que apela para as emoções dos leitores, é frequentemente encontrado na imprensa e pode ter um papel importante na retórica – e isso também é bastante visto em matérias sobre o uso de drogas (CARVALHO, 2000). Segundo Motta (2002), esse enquadramento dramático é ordenador, prático, fácil e compreensível.

Mídia e drogas

O comportamento da mídia frente ao crack, especificamente, foi objeto de estudo de Hartman et al. (1999). Pesquisa realizada nos EUA que analisou 10 anos de cobertura da mídia impressa da epidemia de crack identificou que os jornais muito frequentemente estampavam manchetes que não correspondiam à realidade. Segundo os autores, a divulgação foi centrada em manchetes escandalosas e relatórios sobre a parte inicial da epidemia, num momento de pânico e com pouco conhecimento científico; relatórios de utilização estável ou decrescente de crack foram deliberadamente ignorados ou sufocados por manchetes sensacionalistas.

Hartman et al. (1999) sustentam que a epidemia do crack, assim como acontece com as outras drogas, é cíclica e, à medida que os jornalistas tivessem informações científicas adicionais, haveria o que eles chamaram de autocorreção. Como resultado, um indivíduo que continuasse a ler o jornal ao longo desse período acabaria por desenvolver uma compreensão exata do fenômeno. O estudo revelou, no entanto, que o curso típico de epidemias de uso de drogas foi ignorado ou não foi bem compreendido pelos jornalistas. Em geral, não houve menções sobre como a epidemia tende a seguir o seu curso e depois o fim.

De acordo com os pesquisadores, esse enquadramento das notícias sobre crack foi deliberadamente construído não como um problema de segurança pública ou como questão de saúde pública, mas como parte de uma guerra de classes contínua, desconsiderando as desvantagens vividas por minorias sociais, étnicas e econômicas como se essas tivessem possibilidade de escolhas individuais e livre arbítrio (HARTMAN et al. 1999). Os autores defendem que um estudo mais cuidadoso da epidemia de crack indica que o abuso de drogas está intimamente ligado a outros problemas sociais e que não há uma solução simples e rápida a fim de evitar que a epidemia se desenvolva.

Ação Integrada Centro Legal

A Ação Integrada Centro Legal, lançada em julho de 2009, é fruto de uma parceria entre a Prefeitura de São Paulo, o governo estadual e outros órgãos e tem o objetivo de restaurar a região socialmente degradada, por meio de ações da Polícia Militar, responsável não só pela abordagem e pelas prisões de pessoas ligadas ao tráfico, mas também pelas apreensões de drogas, e profissionais de saúde e de assistência social, responsáveis pela abordagem às pessoas em situação de risco e pelo encaminhamento para tratamento de saúde. O serviço de limpeza urbana também está envolvido no processo de recolhimento de lixo e lavagem das ruas, o que reforça, simbolicamente, o caráter higienista da ação no bairro da Luz (RAUPP et al. 2011).

Com a justificativa de combater uma série de problemas crônicos da região e ajudar no tratamento e ressocialização de dependentes de álcool e drogas e de pessoas com problemas psíquicos, há relatos de tentativas de intervenção na região central de São Paulo desde a década de 1980, quando a gestão municipal passou a se dedicar à transformação do bairro em uma área cultural com instituições e prédios históricos restaurados. O projeto de revitalização incluiu, ainda, a transferência de órgãos públicos para a região e incentivos fiscais a empresas dispostas a investir no local (SÃO PAULO, 2011). Desde então, essa tem sido a prioridade de todos os governos: em 2005, o projeto “Nova Luz” desencadeou a interdição de hotéis, desapropriação de grandes áreas e uma série de intervenções repressivas, objetivando o controle e a expulsão dos grupos populares que circulam na região, vistos como obstáculos aos interesses políticos, econômicos e eleitorais da Prefeitura (SÃO PAULO, 2011).

Segundo Raupp et al. (2011), as alegações de preocupação com a saúde ou condições psíquicas dos frequentadores da cracolândia “serviriam apenas como justificativas morais para as ações de ‘limpeza’, dado que nenhuma política específica foi posta em prática visando melhorar suas condições”. Diante da impossibilidade ou incapacidade de deter a expansão do uso de drogas, a alternativa passou a ser o controle sobre seus territórios, o que não soluciona o problema, uma vez que as ações de expulsão dos usuários de drogas da região fazem com que eles se desloquem, criando continuamente novas “cracolândias”. Sob o pretexto de ser uma operação “sem data para acabar”, há registros de ações ao longo de todo esse período - até a data mais recente analisada (janeiro de 2012).

Metodologia da Pesquisa

A análise do enquadramento e a verificação do critério de agendamento das notícias publicadas sobre a Ação Integrada Centro Legal foram feitas com a utilização de metodologia mista, por meio da estratégia explanatória sequencial. A opção por este modelo de análise deve-se à sua característica, que permite a coleta e análise de dados quantitativos na primeira fase da pesquisa, seguidas de coleta e análise de dados qualitativos, desenvolvidas sobre os resultados quantitativos iniciais (CRESWELL, 2010). Dessa forma, os dados estão separados, porém conectados, possibilitando o entendimento, sob o ponto de vista estatístico e de análise de conteúdo, do enquadramento dos textos jornalísticos publicados na mídia impressa sobre crack. Percebe-se que a utilização de apenas um método - quantitativo ou qualitativo - não exploraria suficientemente a questão.

A análise de conteúdo reúne elementos quantitativos e qualitativos e permite a verificação de critérios utilizados para publicação, frequência de fontes, narrativas etc. A análise de conteúdo pode ser utilizada, ainda, para detectar tendências, enquadramentos e agendamentos (HERSCOVITZ, 2008).

Os três períodos estudados - 2009, 2010 e 2012 - representam aqueles com maior concentração de matérias publicadas, ou seja, com a realização de ações pontuais por parte do gestor. Uma busca por notícias publicadas em todo o Brasil, desde junho de 2009, sobre a Ação Integrada Centro Legal, recuperou, de forma mais condensada, 74 notícias publicadas em 19 jornais em três períodos: julho de 2009, janeiro e fevereiro de 2010 e janeiro de 2012 (Tabela 1).

Tabela 1 - Relação de jornais pesquisados

Veículo	Região	2009		2010		2012	
		%	número	%	número	%	número
A Cidade	Sudeste	0,0	0	0,0	0	3,4%	2

A Gazeta	Sudeste	0	0	0	0	1,70%	1
A Tribuna	Sudeste	0,0	0	0,0	0	1,7%	1
A Voz da Cidade	Sudeste	0,0	0	0,0	0	1,7%	1
Brasil Econômico	Sudeste	0,0	0	0,0	0	3,4%	2
Correio do Brasil	Sudeste	0,0	0	0,0	0	13,8%	8
Diário de Cuiabá	Centro-Oeste	0,0	0	0,0	0	1,7%	1
Diário de Franca	Sudeste	0,0	0	10,0%	1	0,0%	0
Estado de São Paulo	Sudeste	67%	4	30,0%	3	17,2%	10
Folha de São Paulo	Sudeste	33%	2	0,0	0	32,8%	19
Gazeta do Povo	Sul	0,0	0	0,0	0	1,7%	1
Jornal da Tarde	Sudeste	0,0	0	20,0%	2	3,4%	2
Jornal de Londrina	Sul	0,0	0	0,0	0	3,4%	2
Jornal do Comércio	Nordeste	0,0	0	10,0%	1	0,0%	0
MogiNews	Sudeste	0,0	0	10,0%	1	0,0%	0
O Diário de Maringá	Sul	0,0	0	0,0	0	3,4%	2
O Globo	Sudeste	0,0	0	20,0%	2	1,7%	1
Todo Dia	Sudeste	0,0	0	0,0	0	3,4%	2
Valor Econômico	Sudeste	0,0	0	0,0	0	5,2%	3
		100%	6	100%	10	100%	58

Fonte: pesquisa/autora – Veículos de comunicação

As notícias foram extraídas do *clipping* eletrônico, que monitora jornais de todas as regiões brasileiras, fornecido pela Organização Não Governamental Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. As notícias foram analisadas por meio de um instrumento de registro de dados composto de seis quesitos, desenvolvido no programa *Microsoft Access* especificamente para o presente estudo, com observação de tópicos referentes ao nome do veículo e região brasileira a qual pertence, gênero jornalístico, citação de especialistas e de qual área, enfoque da notícia.

As categorias estudadas permitiram a análise de existência de um padrão no enquadramento por veículo/jornal e por região (nome do veículo e região brasileira a qual pertence); classificação das matérias em gêneros jornalísticos e, conseqüentemente, noção do espaço destinado ao tema (gênero jornalístico); conhecimento acerca do aprofundamento do tema, bem como acerca dos profissionais envolvidos/ouvidos (citação de especialistas e de qual área); e enquadramento dado na matéria (enfoque da notícia).

Quanto à abrangência dos jornais, quatro, dos 19, são de circulação nacional. A classificação como veículo nacional e regional é utilizada pela base de monitoramento e fundamenta-se nos critérios de circulação do jornal e na prioridade de pauta para as matérias, se nacional ou regional. Por se tratar de uma ação desenvolvida no estado de São Paulo, o assunto ganhou maior notoriedade dos veículos da região Sudeste.

Resultados e discussão

A seguir, os dados extraídos da análise das 74 notícias publicadas no período estudado no que se refere ao enquadramento e agendamento das pautas, considerando as categorias:

1. Nome do veículo;
2. Região brasileira a qual pertence o veículo;
3. Gênero jornalístico;
4. Citação de fontes/especialistas;
5. Área de atuação dos especialistas citados;
6. Enfoque da notícia.

Coberturas jornalísticas

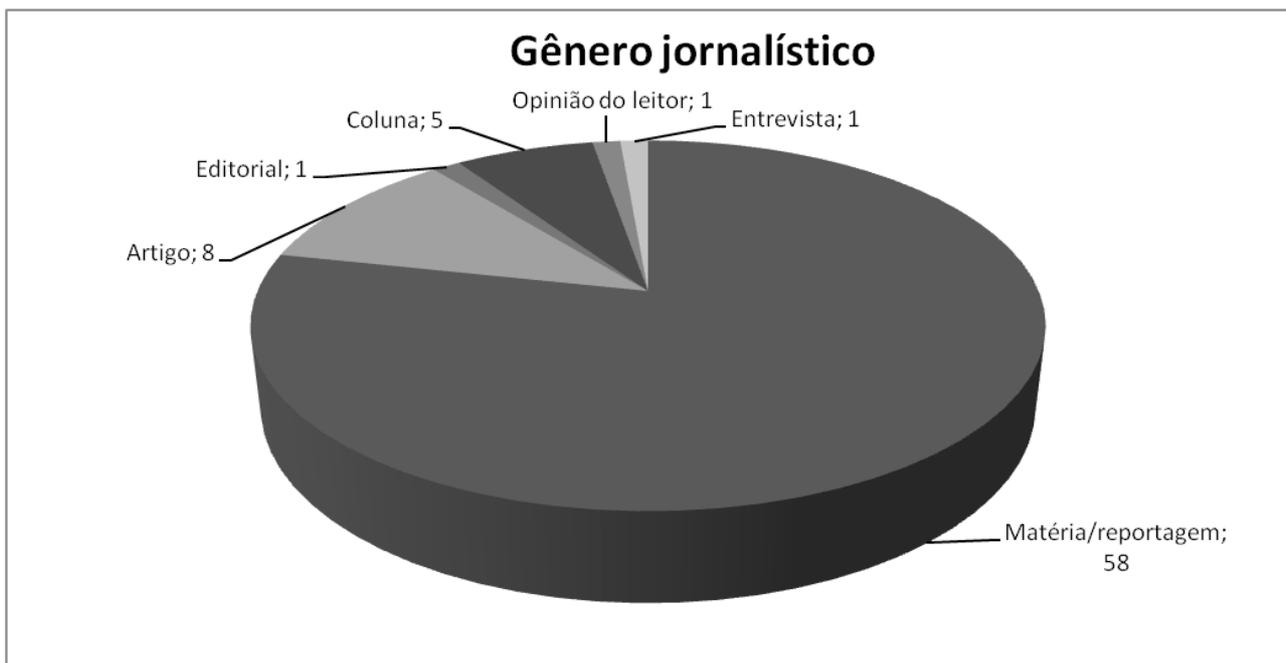
A ação da Prefeitura de São Paulo na cracolândia foi ganhando amplitude na grande mídia com o passar dos anos. Uma busca nas notícias publicadas nos jornais impressos brasileiros em julho de 2009 resultou em apenas seis textos jornalísticos. Observa-se que não há polêmicas, por parte da mídia, acerca da ação da Prefeitura em nenhuma delas, de acordo com trecho da matéria "80% recusam atendimento na cracolândia", publicada no jornal Folha de São Paulo, de 24 de julho de 2009, o qual afirmava que "a ação de saúde é acompanhada pela polícia" (CORSALETTE, 2009).

Na pesquisa realizada entre os dias 9 de janeiro e 27 de fevereiro de 2010 foram encontrados dez textos jornalísticos sobre a ação da Prefeitura de São Paulo na região central da capital paulista, conhecida como cracolândia. Dando continuidade à Ação Integrada Centro Legal, a Polícia Militar de São Paulo voltou à região da Luz, no dia 3 de janeiro de 2012. A ação teve repercussão na mídia durante todo o mês de janeiro em 16 jornais.

Gênero jornalístico

Conforme se verifica na Figura 1, das 74 notícias publicadas nos três períodos, 58, ou seja, 79% foram sob forma de matérias ou reportagens. Esse gênero jornalístico possibilita melhor detalhamento jornalístico, apuração, pesquisa, comparação, interpretação, seleção e redação mais completa. Percebe-se que houve poucos registros de publicação de editoriais, entrevistas e participação dos leitores. Artigos e menção ao assunto em colunas jornalísticas foram registrados em 11% e 7% das notícias, respectivamente.

Figura 1 - Gênero jornalístico

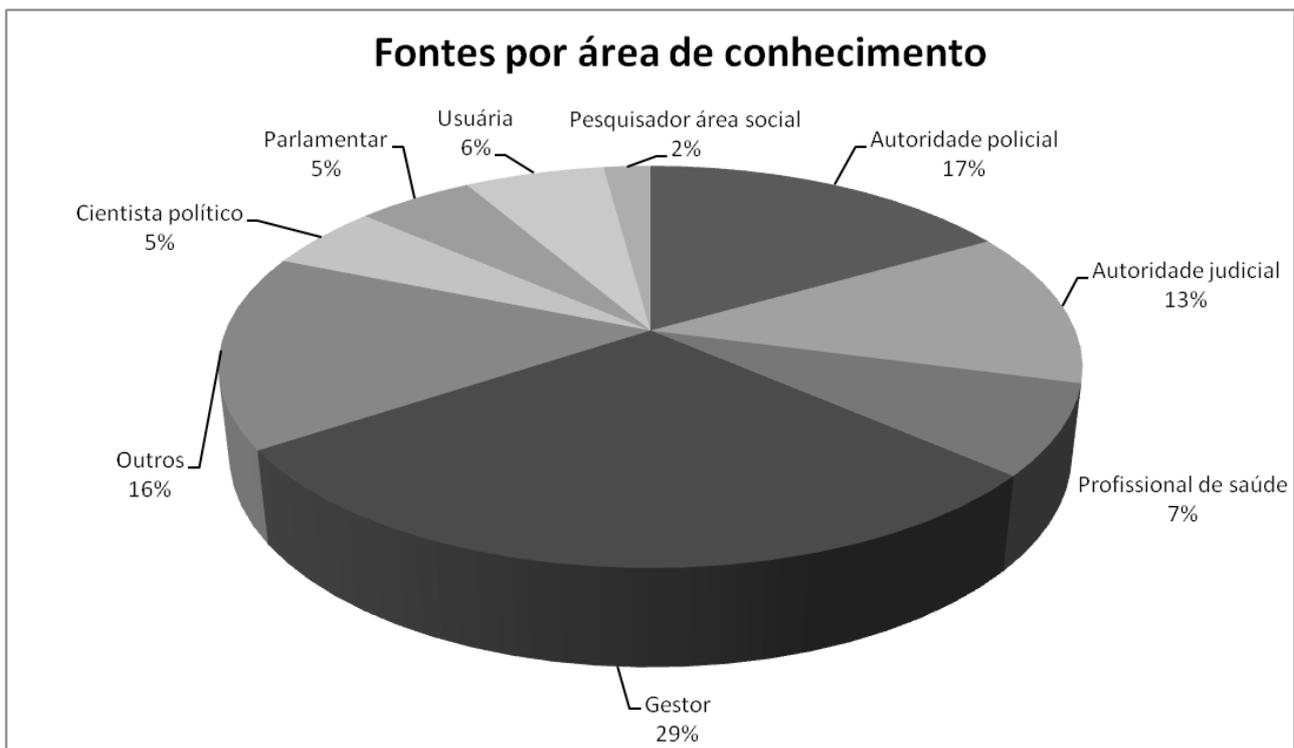


Fonte: pesquisa/autora – Gênero jornalístico

De acordo com Traquina (1999), as fontes garantem credibilidade ao conteúdo publicado, daí a importância do seu uso. A análise do período pesquisado mostra-nos que, embora de forma sutil, o uso de fontes foi diminuindo de um ano para outro.

Carvalho (2000) classifica como “atores” tanto aquelas fontes citadas, como aquelas ouvidas pelo jornalista, ou seja, as personagens; ambas teriam a mesma função no texto e tanto quem é citada como a forma pela qual são representadas fazem parte do enquadramento. A referida autora fala no poder desses atores em relação à mídia, de se verem representados pelos jornalistas. Ainda sobre a citação de fontes, a Figura 2, a seguir, mostra a alta proporção da citação de gestores, autoridades policiais e judiciais em detrimento do profissional de saúde. Estão incluídos na categoria “Outros”: políticos, pré-candidatos à Prefeitura de São Paulo, ex-gestores etc., o que já é um indicativo de que a pauta eleitoral também estaria em debate.

Figura 2 - Fontes por área de conhecimento



Fonte: pesquisa/autora – Fontes por área de conhecimento

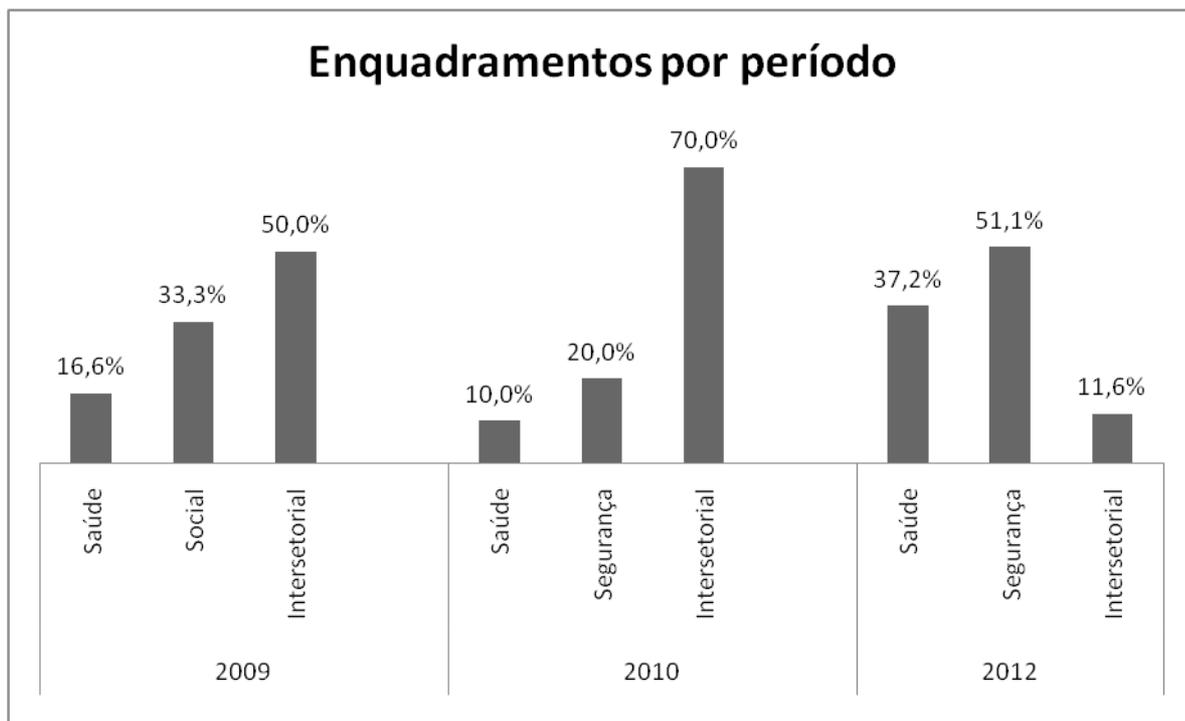
A Figura 2 é bem característica da análise de uma ação que envolve repressão policial, com alta prevalência de falas de autoridade policial, autoridade judicial e gestor. Chamado a explicar por diversas vezes o motivo da operação marcada pela falta de articulação e violência policial, “Kassab admite falta de integração com Estado em operação policial na Luz”. Este texto relata a ocorrência de um bate-boca público entre integrantes das administrações municipal e estadual (BURGARELLI; TAVARES, 2010).

Essas fontes institucionais são classificadas por Hall et al. (1999) como “definidores primários”, ou seja, são fontes reconhecidas pela sua representatividade e seu *status* institucional. Segundo os autores, os meios de comunicação não criam as notícias, pelo contrário, eles estão “dependentes de assuntos noticiosos específicos fornecidos por fontes institucionais regulares e credíveis” (HALL et al., 1999, p.228). Esta convenção segue o raciocínio de que a posição de autoridade da fonte confere credibilidade, ou seja, “quanto mais alta é a posição do informador melhor é a fonte de informação” (TRAQUINA, 1999, p.172).

Enquadramentos

A Figura 3, a seguir, mostra que não há regularidade nos enquadramentos das notícias publicadas em três períodos distintos sobre a Ação Integrada Centro Legal.

Figura 3 - Enquadramentos por período



Fonte: pesquisa/autora – enquadramentos

Embora o enquadramento saúde tenha aumentado em 2012, em relação aos outros anos, ele sempre esteve abaixo do enquadramento segurança, que, em 2012, chegou a mais de 50% das notícias, enquanto o enquadramento intersetorial – que diz respeito àquelas notícias que englobaram, com grau de importância semelhante, as ações sociais, de saúde, de segurança, de educação, dentre outras – apresentou a sua menor proporção. Em 2009, embora as notícias fizessem menção à operação policial, com citação de autoridade policial e números de apreensões, esse não foi o maior destaque das matérias, mas sim o que apelava para a saúde e degradação social dos usuários, conforme matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, “80% recusam atendimento na cracolândia”:

Cerca de 80% dos moradores de rua - a maioria consumidores de crack - abordados por agentes de saúde nos dois primeiros dias da ação na cracolândia recusaram atendimento. Boa parte dos que passam o dia nessa região do centro de São Paulo nem sequer responde a perguntas das equipes. (CORSALETTE, 2009).

Ações desarticuladas

As intervenções da Ação Integrada Centro Legal foram, na maioria das vezes, marcadas pela desarticulação entre esferas do governo e entre áreas da mesma gestão, mas, ao que parece, interessou aos jornais muito mais o embate político envolvido do que a própria necessidade de ações conjuntas a fim de solucionar um problema que é social e de saúde pública.

As notícias não aprofundaram uma questão, nem outra. Como se a afirmação da polícia de que não houve encaminhamento para tratamento de saúde mental, apenas o recolhimento de 10 toneladas de lixo, apreensão de drogas e prisões de traficantes, publicada na matéria intitulada “Polícia mantém as blitzes na cracolândia” (POLÍCIA..., 2012) publicada no jornal *Todo Dia*, do dia 7 de janeiro, não causasse qualquer estranheza.

A matéria “Noias’ chegam à base e agentes de saúde fogem”, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, de 26 de fevereiro de 2010, também narra a desarticulação da ação a partir de relatos de agentes de saúde que, ao perceberem a chegada de cerca de 300 dependentes trazidos pela polícia, saíram do posto de atendimento, uma vez que não haviam sido avisados da operação (NOIAS, 2010). “Houve descoordenação entre a polícia e a prefeitura no que se refere aos usuários, não aos traficantes que foram presos” (SERRA..., 2010). Corroborando com a afirmativa de Raupp *et al.* (2011) sobre o deslocamento dos usuários para outras regiões, ou seja, exportação, ao invés de enfrentamento da questão, e a exacerbação dos estigmas associados aos usuários, o *Jornal do Commercio*, de 14 de fevereiro de 2010 (CRACOLÂNDIA...,2010), ilustra também o pensamento de Medeiros (2010) de que a mídia apresenta as cracolândias como espaços típicos de violência e delinquência, ignorando a organicidade existente ali com características como acolhimento, visibilidade, interação social e proteção. Isso também pôde ser observado nesta pesquisa:

Chamados de noias, os usuários de crack migram de esquina para esquina, desde a região da Luz, ponto original da cracolândia, para lugares como Higienópolis, Santa Cecília, Consolação, Avenida Paulista, Liberdade e Glicério. Muitos andam descalços, com as roupas sujas, arrastando cobertores ou com o cachimbo na mão (CRACOLÂNDIA..., 2010).

O ano de eleições municipais fez com que o debate, que deveria ser sobre políticas públicas eficazes, fosse direcionado aos embates e acusações políticas, como mostra, por exemplo, a matéria “Ação na cracolândia já pauta debate eleitoral em São Paulo”, publicada pelo jornal *O Estado de São Paulo* (MAIA; BOGHOSSIAN, 2012). O texto traz as falas de diversos possíveis pré-candidatos à Prefeitura de São Paulo.

É neste contexto que surge, também, a atuação do Ministério da Saúde. Mesmo com a comprovação, por parte da mídia, de que os gestores municipal e estadual pretendiam se antecipar a uma ação do governo federal, conforme trecho abaixo, o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, foi à capital paulista, visitou espaços públicos e anunciou diversos investimentos (DILMA..., 2012), numa clara demonstração de eficiência política.

Com efeito, segundo declarou à Folha, em caráter reservado, um integrante da cúpula da segurança pública do Estado, as ações teriam começado de maneira precipitada. Conforme essa versão, o prefeito Gilberto Kassab (PSD) e o governador Geraldo Alckmin (PSDB) se uniram por temer que o ministro da Saúde, Alexandre Padilha (PT), anunciasse medidas para enfrentar o problema, deixando-os em desvantagem política (COMEÇOU..., 2012).

De acordo com Vreese (2005), a cobertura norte-americana, ao tratar de questões sociais, como a pobreza, o crime e o desemprego, é inclinada para uma interpretação episódica, retratando essas questões de forma limitada a eventos. Isso significa dizer que há pouco aprofundamento no debate. Corroborando com isso a observação de que de 68 notícias publicadas em 2010 e 2012 apenas sete mencionaram a operação já desenvolvida em 2009 e que a Ação Integrada Centro Legal não é uma iniciativa isolada, e sim uma tentativa do governo, que se arrasta há anos, de desocupação da região central com outros fins que não estão relacionados à solução de um problema de saúde pública.

Como demonstraram os estudos de Hartman *et al.* (1999), essa reticência em apresentar dados menos negativos em relação às drogas também parece se repetir no Brasil. Já existem, por exemplo, trabalhos que sugerem a existência de um padrão de consumo controlado, com o uso racional e descontínuo de crack e, conseqüentemente, com conseqüências menos graves, embora não tenhamos registros jornalísticos a esse respeito (OLIVEIRA *et al.*, 2008). Segundo Reinerman *et al.* (1989), o interesse da mídia em epidemias de drogas sob esse enfoque

alarmista está no fato de que esses pânicos desviam não só a atenção, mas também recursos de problemas estruturais maiores, além de culpar o comportamento individual, por meio da moralidade.

Além de episódicas, as notícias são, por natureza, negativas. Segundo Galtung et al. (1999), acontecimentos negativos, como crises, crimes e violência, por exemplo, sempre serão notícias, uma vez que representam uma ruptura social e preenchem melhor o critério de frequência, além de serem consensuais e inequívocas. Do ponto de vista prático, notícias negativas podem estar encerradas em duas edições jornalísticas, enquanto os acontecimentos positivos são, por natureza, mais lentos, programáveis e menos noticiáveis.

Considerações finais

As notícias envolvendo o uso de drogas, mais especificamente o crack, possuem importância do ponto de vista social, da saúde, da segurança e, antes de tudo, dos direitos humanos. Segundo Medeiros (2010), a mídia desempenha um papel protagonista de estabelecer e legitimar uma relação direta com a demonização do crack, localizando e culpabilizando o indivíduo, de forma a desviar o debate sobre a dimensão estrutural socioeconômica, política, jurídica, clínica e cultural. O crack seria o bode expiatório dos grandes problemas da sociedade contemporânea e a mídia porta-voz de um discurso ideológico predominante, definidora da agenda de assuntos que serão levados à sociedade (SAPORI; MEDEIROS, 2010).

Este estudo mostrou que, embora a temática não seja ignorada pela mídia, ela ainda é tratada com o uso prevalente de fontes oficiais e, conseqüentemente, as notícias são construídas apenas a partir de versões oficiais. Embora o enquadramento saúde tenha aumentado no ano de 2012, ele sempre esteve abaixo do enquadramento segurança, que, nesse mesmo ano, chegou a mais de 50% das notícias. Além disso, mesmo em textos jornalísticos com claro teor sanitário, a autoridade policial é usada como fonte. Diante de um maior número de notícias em 2012, em relação aos outros anos, a conclusão é de que o assunto ganhou tal dimensão por se tratar de um ano de eleições municipais, e não que Ação Integrada Centro Legal possa ser um erro.

É fundamental que o profissional de comunicação reconheça os enquadramentos envolvidos na sua produção diária. A busca por fontes diversas e um novo olhar sobre velhos temas de forma a fugir do "lugar comum" ou da zona de conforto garantirão a credibilidade, objetividade e imparcialidade necessárias ao texto jornalístico, com especial atenção aos temas delicados mais passíveis de serem usados nos jogos políticos e eleitorais. Torna-se necessário o resgate do conceito de "Jornalismo Público", citado por Neveu (2006), como aquele que se preocupa em identificar temas de interesse do público e elaborar notícias capazes de esclarecê-los, propor soluções, por meio de fontes variadas, e garantir o debate pleno.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, B. S. Idade doida da pedra: configurações históricas e antropológicas do crack na contemporaneidade. In: SAPORI, L. F.; MEDEIROS, R. (Org.). **Crack**: um desafio social. Belo Horizonte: PUC Minas, 2010. p.13-37.

ANTUNES, E. Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 85-99, dez. 2009.

BIZZOTTO, A. G. A luta do crackeiro embaraçado entre a fissura e a intoxicação. In: SAPORI, L. F.; MEDEIROS, R. (Org.). **Crack**: um desafio social. Belo Horizonte: PUC Minas, 2010. p.125-144.

- BURGARELLI, Rodrigo; TAVARES, Bruno. Kassab admite falta de integração com Estado em operação policial na Luz. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 01 mar. 2010.
- CARVALHO, A. Discourse analysis and media texts: a critical reading of analytical tools. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON LOGIC AND METHODOLOGY, 33., 2000, Köln. **Anais...** Köln: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2000.
- COMEÇOU mal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jan. 2012. Opinião.
- CORSALETTE, C. 80 % dos moradores de rua recusam atendimento na cracolândia, em SP. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 jul. 2009. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u599628.shtml>>. Acesso em: 10 set. 2013.
- CRACOLÂNDIA ganha espaço em São Paulo. **Jornal do Comércio**, Recife, 14 fev. 2010.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DILMA libera R\$ 6,4 milhões contra o crack. **Jornal do Comércio**, Recife, 19 fev. 2012.
- ENTMAN, R. M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.
- GALTUNG, J. et al. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: BACELAR, A. (Ed.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 61-73. (Comunicação & Linguagens).
- HALL, S. et al. A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. In: BACELAR, A. (Ed.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p. 224-248. (Comunicação & Linguagens).
- HARTMAN, D. M. et al. The social construction of the crack epidemic in the print media. **Journal of Psychoactive Drugs**, v. 31, n. 4, p. 423-433, Oct.-Dec. 1999.
- HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Coord.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. cap. 2, p.123-142. (Coleção Fazer Jornalismo).
- MAIA, Lucas de Abreu; BOGHOSSIAN, Bruno. Ação na cracolândia já pauta debate eleitoral em São Paulo. **O Estado de São Paulo**, 14 jan. 2012.
- MCCOMBS, M. A. **Teoria da agenda**: a mídia e a opinião pública. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MEDEIROS, R. Clínica e croni(cidade): impactos do uso/abuso de crack na configuração urbana e nos tratamentos da toxicomania. In: SAPORI, L. F.; MEDEIROS, R. (Org.). **Crack**: um desafio social. Belo Horizonte: PUC Minas, 2010. p.165-220.
- MENEGON, V. S. M. Crise dos serviços de saúde no cotidiano da mídia impressa. *Psicologia & Sociedade*, v. 20, p. 32-40, 2008. [<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822008000400006>].
- MOTTA, L. G. Ideologia e processo de seleção de notícias. In: MOTTA, L. G. (Org.). *Imprensa e poder*. Brasília: UnB, 2002. p.125-148. (Coleção Comunicação).

MOUILLAUD, M. A. crítica do acontecimento ou o fato em questão. In: MOUILLAUD, M. A.; PORTO, S. D. (Org.). **O Jornal**: da forma ao sentido. 2. ed. Brasília: UnB, 2002. cap. 3, p.49-83. (Coleção Comunicação).

NEVEU, É. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Loyola, 2006.

'NOIAS' chegam à base e agentes de saúde fogem: funcionários da Prefeitura vão para abrigo de ponto de ônibus; secretário da Saúde critica 'pirotecnica' policial. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 26 fev. 2010.

OLIVEIRA, L. G. D et al. Caracterização da cultura de crack na cidade de São Paulo: padrão de uso controlado. **Revista Saúde Pública**, v. 42, p. 664-71, 2008.

POLÍCIA mantém as blitzes na cracolândia. **Todo Dia**, São Paulo, 7 jan. 2012

PORTO, M. S. G. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo Social**, v. 21, p. 211-233, 2009. [<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702009000200010>].

RAUPP, L. et al. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, Manguinhos, v. 16, n. 5, p. 2613-2622, maio, 2011.

REINARMAN, C. et al. The crack attack: politics and media in America's latest drug scare. In: BEST, J. (Ed.). **Images of Issues**. New York: Aldine de Gruyter, 1989. p. 115-137.

ROTHBERG, D. et al. Enquadramentos de transgênicos nos jornais paulistas: informação como potencial subsídio à participação política. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 17, n. 2, p. 455-470, 2010.

SÃO PAULO (SP). Prefeitura. **O Projeto Novaluz**: apresentação. Disponível em: <<http://www.novaluzsp.com.br/projeto.asp?item=projeto>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

SAPORI, L. F.; MEDEIROS, R. (Org). Crack: um desafio social. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2010. Resenha de: LOPES, E. P. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 405-406, fev. 2012.

SERRA e Kassab admitem falhas em ação conjunta. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 fev. 2010.

TRAQUINA, N. As notícias. In: BACELAR, A. (Ed.). **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". 2. ed. Lisboa: Vega, 1999. p.167-176. (Comunicação & Linguagens).

VREESE, C. H. D. News framing: theory and typology. **Information Design Journal + Document Design**, v. 13, n. 1, p. 51-62, 2005.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1992.

Recebido 07-05-2012

Aceito 04-06-2013